A Guerra às Drogas e as Violações de Direitos Fundamentais com o Aval da Imprensa

Maria Cecília de Oliveira Rosa

Jornalista e Pesquisadora

“A tática do governo americano desde o 11 de setembro é dizer que tudo é justificado pelo terrorismo, assustando o povo para que aceite estas medidas como necessárias. Mas a maior parte da espionagem que eles fazem não tem nada a ver com segurança nacional. É para obter vantagens injustas sobre outras nações e suas indústrias e comércio, em acordos econômicos”. A frase foi dita por Edward Snowden, ex-analista de inteligência da CIA (Central Intelligence Agency), sobre a espionagem dos EUA ao Brasil. Mas poderia ser sobre a guerra às drogas.

A expressão “guerra às drogas” deixa explícita a moldura bélica que dá a tônica do controle social exercido através do sistema penal nas sociedades contemporâneas. Em nome da proteção do potencial mal que as drogas causariam são cometidas atrocidades, como ressaltou Snowden, como se elas fossem necessárias.

A “guerra às drogas” não é uma guerra contra as drogas. Não existe guerra contra objetos. A guerra às drogas é, como qualquer outra na história da humanidade, contra pessoas. E quem são estas pessoas? Produtores, comerciantes e consumidores das selecionadas substâncias psicoativas tornadas ilícitas.

A associação entre sistema penal e guerra não é nova. Diversos momentos durante a violenta, danosa e dolorosa história do sistema penal têm sido marcados por tal paradigma. Tampouco é nova a ideia do “mal universal”. No passado, a bruxaria e a heresia também foram assim apresentadas. Hoje, no

*entanto, o paradigma da guerra e a ideia do “mal universal” adquiriram maior extensão e intensidade. Materializando-se na criminalização de condutas massivamente praticadas em todo o mundo, a proibição às drogas tornadas ilícitas forneceu e fornece o impulso requerido pela consolidação de uma globalmente uniforme tendência punitiva e uma extensão do poder punitivo sem paralelos (...)*¹.

Mas, claro, a guerra não é contra todos os produtores, comerciantes e consumidores pobres, não brancos, marginalizados, desprovidos de poder, que circulam em territórios populares e favelas e seus semelhantes. Apenas os vulneráveis se encaixam no papel do inimigo a ser combatido: não brancos e não pertencentes à elite econômica. Em 2012, relatório produzido pelo Senado Americano² mostrou que o Banco HSBC permitiu que traficantes lavassem dinheiro no México e fez negócios com empresas ligadas ao terrorismo. Sem prisão, sem tiros, sem sangue, sem veículos blindados chamados de caveirão. Assim como é o consumo de drogas na Avenida Vieira Souto, em Ipanema, Rio de Janeiro, famosa por ter um dos mais altos custos por metro quadrado da América Latina.

A adoção de uma solução bélica para enfrentar um problema de saúde pública, com o pretexto de proteger a saúde, é um equívoco e mostra o descompromisso do Estado com os direitos fundamentais dos indivíduos. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que apenas de 10% a 13% das pessoas que consomem drogas se tornam usuários problemáticos³.

Carl Hart, neurocientista e professor associado da Universidade de Columbia tem se dedicado a estudar o uso de drogas e mostra em seu livro, **High Price** (2013), dados semelhantes aos da ONU. “Research shows that such issues affect only 10-25 percent of those who try even the most stigmatized drugs, like heroin and crack”⁴.

1 "Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano". Maria Lucia Karam. http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/36_Direitos%20Humanos%20e%20drogas%20-%20CFP-BSB.pdf?1322168068. Acesso em 11.01.2014.

2 "U.S. Vulnerabilities to Money Laundering, Drugs, and Terrorist Financing: HSBC Case History" - <http://www.hsgac.senate.gov/subcommittees/investigations/hearings/us-vulnerabilities-to-money-laundering-drugs-and-terrorist-financing-hsbc-case-history> & <http://www.levin.senate.gov/download/?id=90fe8998-dfc4-4a8c-90ed-704bc-ce990d4>: Acesso em 07.12.2013, 17:52.

3 Relatório do Secretariado para a 56ª Sessão da Comissão de Drogas Narcóticas (CND), em março de 2013.

4 **HIGH PRICE** "A Neuroscientist's Journey of Self-Discovery That Challenges Everything You Know About Drugs and Society". Author: Carl Hart Publisher: Harper Number of pages: 335 p. (Pagina 13)

Apesar de todos os indicadores feitos pelos mais diversos especialistas e instituições, o país alçou o crack a inimigo número um da nação e consolidou o bordão errôneo “epidemia de crack”, abrindo brechas para condutas inconstitucionais e imorais por parte do Estado – com endosso midiático -, que se repetem ciclicamente na história.

CRACK, UMA EPIDEMIA MIDIÁTICA

Especialistas da ONU e Organização Mundial da Saúde (OMS) têm criticado a internação compulsória por uso do crack veementemente, inclusive comparando esta política à prática de tortura. Ignorando todas as recomendações, a Prefeitura do Rio de Janeiro adota a medida há dois anos.

Estudos feitos pelo psiquiatra Dartiu Xavier apontam que 90% das pessoas internadas compulsoriamente têm recaída. Destes, 70% voltam a usar a droga no primeiro mês⁵. Ou seja, é relativamente fácil um indivíduo se manter abstinência num ambiente em que ele é privado da droga artificialmente. Quando ele volta para a conjuntura de situações que o fragilizou, ele volta também ao uso da droga. A partir dessa lógica, há uma inversão autorizada do discurso da miséria social como consequência, e não como causa do uso de drogas.

Em seu livro, Carl Hart fala sobre sua trajetória de vida como um negro que cresceu em bairros pobres e em meio a violência e se tornou neurocientista. Na oportunidade do lançamento, o pesquisador afirmou ao New York Times:

“Eighty to 90 percent of people who use crack and methamphetamine don’t get addicted,” said Dr. Hart, an associate professor of psychology. “And the small number who do become addicted are nothing like the popular caricatures (...)” “Eles não se encaixavam na caricatura do viciado em drogas que não conseguem resistir à próxima dose”, disse Hart. “Quando eles receberam uma alternativa para parar, eles fizeram decisões econômicas racionais. (...) Eighty to 90 percent of people

⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=pTQR1kwsXCg> - Apresentação de Dartiu Xavier “Drogas e proteção à saúde”, no Seminário “Drogas: Dos perigos da proibição à necessidade de legalização”, no dia 04 de abril de 2013, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

are not negatively affected by drugs, but in the scientific literature nearly 100 percent of the reports are negative,” Dr. Hart said. “There’s a skewed focus on pathology. We scientists know that we get more money if we keep telling Congress that we’re solving this terrible problem. We’ve played a less than honorable role in the war on drugs.”⁶

Ignorando tais evidências científicas, a Prefeitura do Rio de Janeiro segue apostando na internação compulsória. Operações são realizadas em conjunto com a Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, agentes das secretarias municipais de Governo, Saúde, Desenvolvimento Social e Conservação e, não raro, equipes de TV. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, 24,88% das crianças levadas forçosamente para abrigos tiveram êxito no tratamento⁷. O Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan, afirmou em sua apresentação no Seminário *A Guerra às drogas e OS Amarildos*⁸ que tem recebido denúncias de famílias que estão à procura de seus filhos, desaparecidos após internação compulsória. No silêncio, mais uma vez, os “indesejáveis” estão deixando a cena.

*“Crack é a ‘doença da época’ e em nome dela estão prendendo e internando os indesejáveis ao arrepio da lei. Os ‘distraídos’ acham que estes campos de concentração pra onde as pessoas são levadas é tratamento. E então Amarildos vão sendo fabricados. Ano passado, foram recolhidas centenas de crianças e adolescentes. Muitos deles desaparecem. As famílias estão procurando”.*⁹

“Mas temos que fazer algo sobre a “epidemia de crack”!”, poderia dizer alguém. Uma epidemia se caracteriza pela incidência, em curto período de tempo, de grande número de casos de uma doença. Embora

6 **New York Times**. Acesso 15.01.2014, 21:32 <http://www.nytimes.com/2013/09/17/science/the-rational-choices-of-crack-addicts.html?pagewanted=all&r=2&>.

7 Levantamento obtido pelo **Jornal do Brasil** junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Acesso em 07.12.2013, 01:21. <http://drogasedireitoshumanos.org/2013/03/18/internacao-compulsoria-de-criancas-usuarias-de-crack-so-25-de-exito/#more-242>.

8 O evento "A Guerra às drogas e OS Amarildos" aconteceu no dia 29 de agosto de 2013, às 17 horas, no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Rio de Janeiro e foi organizado pela Law Enforcement Against Prohibition – LEAP Brasil.

9 "A Guerra às drogas e OS Amarildos" <http://www.leapbrasil.com.br/noticias/informes?ano=2013&i=180&mes=9>.

a definição remeta à doença, a face bélica das políticas de segurança se sobrepõe à saúde. Há pouca informação de qualidade que ateste a real situação do uso de crack no Brasil.

A única pesquisa do tipo no Brasil foi divulgada em 2013 pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Os estudos “Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país” e “Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil” foram encomendados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)¹⁰.

O primeiro estudo estimou o número de usuários regulares de “crack e/ou similares” (uso em pelo menos 25 dias nos últimos seis meses) nas 26 capitais do país e Distrito Federal para o ano de 2012, em torno de 370 mil pessoas. Este número corresponde a 0,81% da população desses municípios (0,70% para adultos e 0,11% para crianças e adolescentes).

Diante deste levantamento desmonta-se o funcional discurso proibicionista e de disseminação de pânico, que propagandeia a ideia de que haveria uma “epidemia” de crack no Brasil.

Sucessivamente, vão sendo quebradas várias ‘certezas’ infundadas tomadas por verdade e perpetuadas pela reprodução indiscriminada e inquestionada da imprensa, que, não raro, só fortalece o senso comum acerca do tema, criando factoides como o do aumento da criminalidade e violência, praticados pelos “inúmeros” usuários de crack.

Em **O medo do crime na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo** (2011), Dorian Borges descreve que a perspectiva de vitimização é um dos fatores explicativos para o medo do crime utilizado na literatura sobre o tema. Essa perspectiva é baseada na ideia de que o medo do crime é causado pelo nível de atividade criminal ou pelo que as pessoas ouvem sobre a criminalidade, quer em conversas com outras pessoas, por conta da mídia ou experiência direta (Bennett, 1990, *apud* Borges 2011).

10 Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=OCCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mj.gov.br%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZTsvc.asp%3FDocumentID%3D%257B9B17D77F-C442-4B2B-8705-117920F30C6F%257D%26ServiceInstUID%3D%257B74624DEB-0C14-4B3A-B8F3-CD26DEF53FC1%257D&ei=oAjWUtSXD8bhsATDt4LYBA&usg=AFQjCNGaBbXPBICFihH7bvMKCyCZrnyv8Q&bvm=bv.59378465,d.cWc> e Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=OCCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.casacivil.gov.br%2Fnoticias%2Fperfil-brasil.pdf&ei=9gjWUrKKG-zFsATy3oGwDw&usg=AFQjCNFxeAxInTrrBtxg4xzMyzyk71BvsQ&bvm=bv.59378465,d.cWc> Acesso: 06.12.2013, 20h53.

A mídia, por sua vez, enquanto maior fonte de informação, possui um papel significativo na determinação do medo do crime (Hale, 1996; Smith, 1985, 1986) como um tipo de vitimização indireta. A mídia, muitas vezes, sensacionaliza, dramatiza (Smith, 1985, 1986) e amplia (Pidgeon et al., 2003) as ocorrências criminais, além de valorizar os crimes mais sérios e com maior comoção social em detrimento dos de maior incidência. (Borges, 2011)

Como relatei em “A (Ir)responsabilidade da imprensa na construção da culpa, da sensação de segurança e do medo”¹¹, neste trabalho o pesquisador coligou acumulações que geram crenças que identificam os estímulos e acionam os sentimentos de insegurança e medo nas pessoas. Por essa perspectiva, o medo do crime não é construído socialmente, mas é uma reação a um tipo de construção social classificada como Crenças de Perigos. “Além dos fatores sociológicos, o Modelo de Crenças de Perigo também utiliza fatores da psicologia social, como a atratividade, o nível de autosssegurança e autoconfiança, o sentimento de controle em relação ao crime e o espaço criminalizado (Van der Wurff *et al.*, 1989; Farral *et al.*, 2000, *apud* Borges, 2011)

A ideia de que o problema maior estaria localizado no Rio de Janeiro e em São Paulo é uma das falácias mais propagadas. Esta falsa ideia é propulsora dos ilegais e imorais recolhimentos e internações forçadas de pessoas em situação de rua nessas capitais. Contra isso, o estudo demonstra que a maior quantidade de usuários de crack no Brasil está nas capitais da região nordeste (cerca de 150 mil pessoas), inclusive no que diz respeito a crianças e adolescentes¹².

Também ao contrário do que tenta perpetuar este senso comum e infundado, o uso do crack não é causa de mortes imediatas: o tempo médio de uso constatado nas capitais foi de quase oito anos (91 meses) e, nos demais municípios, de quase cinco anos (59 meses).

Não obstante, o estudo demonstra ainda que tal discurso e as campanhas e programas governamentais (a exemplo, “Crack, é preciso ven-

11 ROSA, M. C. O. . "A (Ir)responsabilidade da imprensa na construção da culpa, da sensação de segurança e do medo". In: BIZZOTTO, Alexandre ; SILVA, Denival Francisco da. (Org.). **Sistema Punitivo: O neoliberalismo e a cultura do medo**. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 83-92.

12 Estudos da Fiocruz sobre uso de crack no Brasil: <http://www.leapbrasil.com.br/noticias/informes?ano=2013&i=183&mes=9> Acesso em 07.12.13, 02:07.

cer!”), concentrados no crack, ignoram completamente a realidade: os usuários de crack são basicamente poliusuários. O crack é apenas uma das substâncias psicoativas consumidas pelos entrevistados, que usam simultaneamente tabaco (92,8%), álcool (83,8%), maconha (76,1%), cocaína propriamente dita (52,2%), inalantes como cola e solventes (26,4%) e outras drogas em menores percentuais.

Presente no Brasil desde 2012, a organização não governamental Law Enforcement Against Prohibition (LEAP Brasil), que milita para contribuir com fim à guerra às drogas, se pronunciou a respeito da publicização dos primeiros dados produzidos no Brasil sobre o tema, comparando-os à realidade americana da década de 80 e 90.

“O falsamente criado pânico em torno do crack é cópia perfeita da histeria sobre a mesma substância que dominou a cena nos EUA de 1986 a 1992. Lá, a consequência foi a introdução na legislação norte-americana de penas mais rigorosas para crimes relacionados ao crack, o que constituiu fator significativo para o aumento da impressionante disparidade racial que caracteriza o encarceramento massivo registrado naquele país. Lá, como aqui, o falsamente criado pânico em torno do crack serve de alimento para a política de “guerra às drogas”, servindo especialmente para criminalizar os pobres, marginalizados, excluídos, não brancos, desprovidos de poder. É preciso pôr fim a essa discriminatória, insana, nociva e sanguinária política. É preciso legalizar e conseqüentemente regular a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas”¹³.

Como é possível notar, o que há é, mais uma vez, a construção de um fato político, pouco questionado pela imprensa, o que também não é uma novidade. O papel da mídia na construção de problemas políticos e sociais, a exemplo do citado, por vezes, dotado de informações incorretas e distorcidas é prática comum.

Muitos dos problemas que ocorrem na sociedade contemporânea são tornados públicos por meio de noticiário na mídia. E isso exerce um grande impacto sobre as resoluções e opi-

13 Estudos da Fiocruz sobre uso de crack no Brasil: <http://www.leapbrasil.com.br/noticias/informes?ano=2013&i=183&mes=9> Acesso em 07.12.13, 02:07.

niões dos tomadores de decisões. O fato de a imprensa não noticiar algo é o equivalente à aniquilação da existência de um problema, socialmente falando (JAPAN..., 2005, p. 116).

O jornalista e pesquisador Guilherme Gorgulho Braz analisou o papel da mídia impressa no engajamento da defesa dos interesses do governo estadual de São Paulo, apesar dos descontentamentos dos pacientes e das vozes divergentes de cientistas sobre o isolamento compulsório de hanseianos entre 1933 e 1967. De acordo com a pesquisa, a imprensa defendeu a crença de que São Paulo cumpria um papel de ‘grande potência’ no Brasil. Para isso, os jornais paulistas se mostraram comprometidos com as medidas de controle social que queriam excluir a parcela doente da sociedade.

“A defesa da internação compulsória ou a omissão sobre os problemas vividos pelos doentes, principalmente na Era Vargas, ajudou a manter o status quo do sanitarismo de São Paulo. O apoio dos jornais à política de isolamento contribuiu para que o degredo dos doentes em São Paulo fosse extinto apenas em 1967, com cinco anos de atraso em relação à decisão federal”¹⁴.

Em sua pesquisa, Gorgulho Braz comprova por meio da análise de jornais da referida época que, defendendo a crença de que São Paulo cumpria no Brasil um papel de “grande potência”, os jornais paulistas se mostraram, em grande parte, comprometidos com as medidas de controle social que queriam excluir a parcela doente da sociedade na primeira metade do século XX.

Consolidada no momento em que o país vivia sob uma ditadura, entre 1930 e 1945, a política paulista de profilaxia da hanseníase exacerbou a situação de degredo dos doentes dentro de uma estrutura asilar que remetia à ilusão de uma sociedade harmônica. Cinco "leprosários" garantiram a internação de milhares de pacientes, entre 1933 e 1967, com a promessa de que a endemia seria dizimada em poucos anos. Mas o que se viu foi o crescimento da prevalência, mesmo com os vultosos investimentos feitos para combater o mal.¹⁵

14 Dissertação: “Isolamento compulsório de hanseianos: o papel dos jornais paulistas na manutenção do degredo (1933-1967)”, p. 11 - Guilherme Gorgulho Braz. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Germana Barata - Data defesa: 17/06/2013.

15 *Idem*. P. 159.

No livro **Holocausto Brasileiro**, lançado em 2013 pela também jornalista Daniela Arbex, é revelada uma história até então desconhecida pela maior parte dos brasileiros. Pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros do maior hospício do Brasil, a Colônia de Barbacena, localizada na cidade de mesmo nome, em Minas Gerais. A maioria dos internos havia sido internada à força. Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava ou que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas violentadas por seus patrões, esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento, homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos 33 eram crianças. Pelo menos 30 bebês foram roubados de suas mães. As pacientes conseguiam proteger sua gravidez passando fezes sobre a barriga para não serem tocadas. Mas, logo depois do parto, os bebês eram tirados de seus braços e doados.

*“Umás poucas vezes os esqueletos subiam a superfície. Passada a comoção pública, voltavam ao fundo empurrados pelas pedras de sempre. Em 1961, a rotina do Hospício foi contada na Revista **O Cruzeiro** pelo fotógrafo Luiz Alfredo e pelo repórter José Franco. O título da matéria era “A sucursal do inferno”. Em 1979, o repórter Hiram Firmino e a fotógrafa Jane Faria publicaram a reportagem “Os porões da Loucura”, no **Estado de Minas**. O documentário “Em nome da razão”, de Helvécio Ratton, filmado em 1979, tornou-se um símbolo da luta antimanicomial. (...) Apesar da denúncia estampada na revista de maior sucesso da época, a realidade só começaria a mudar – lentamente – duas décadas mais tarde, a partir dos anos 80, quando a reforma psiquiátrica ganhou força”.¹⁶*

Alguns morriam de frio, fome e doença. Morriam também de choque. Às vezes, os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município. Nos períodos de maior lotação, 16 pessoas morriam a cada dia. Ao morrer, davam lucro. Entre 1969 e 1980, 1.853 corpos de pacientes do manicômio foram vendidos para 17 faculdades de medicina do país, sem que ninguém questionasse. Quando houve

¹⁶ Autor: Arbex, Daniela; Editora: Geração Editorial Holocausto Brasileiro - **Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes no Maior Hospício do Brasil**.

excesso de cadáveres e o mercado encolheu, os corpos foram decompostos em ácido, no pátio da Colônia, diante dos pacientes, para que as ossadas pudessem ser comercializadas.

Até 1994, havia celas no hospital. Hoje, o lugar atende várias especialidades médicas. Na área psiquiátrica ainda estão 160 pessoas remanescentes da antiga Colônia.

Por ocasião do lançamento do livro, Arbex foi entrevistada pela **Folha de S. Paulo**.

A jornalista diz que o que mais a chocou foi constatar que “o país desconhecia uma de suas piores tragédias”. Para ela, o silêncio de décadas ocorreu porque os internos “eram indesejados sociais, e existe uma teoria de limpeza social que vigora até hoje”. Na sua visão, a situação em prisões e em outros locais ainda reflete essa “invisibilidade social”. “O modelo da internação compulsória não seria uma reedição desses abusos sob a forma de política pública? A sociedade precisa discutir essas questões.”¹⁷

O questionamento da jornalista é pertinente à medida que se percebe, ao longo da história, uma constatação empírica da repetição de situações, constatada por ela e por Guilherme Gorgulho Braz, reiterada por Foucault.

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo de exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão (FOUCAULT, 1996, p.88)¹⁸.

17 <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1320727-livro-holocausto-brasileiro-relata-horrores-de-hospicio-mineiro.shtm>. Acesso em 07.12.2013, 04:38

18 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Ao contrário do esforço da imprensa em Minas - mesmo que pontual -, até os anos 1950, as críticas ao modelo de internação adotado em São Paulo não tiveram espaço nos veículos locais, apenas na imprensa carioca. Uma exceção encontrada por Gorgulho foi uma série de seis reportagens publicadas pela **Folha da Manhã** em 1949, intitulada “O problema da readaptação social dos egressos dos leprosários”. A série, assinada por Lucas d’Ávila e ilustrada por Waldemar Cordeiro, “eram matérias fora do comum por causa do tom humanitário, tratando da rejeição aos hansenianos e da falta de moradia e de emprego”¹⁹.

Da mesma maneira que ocorreu no Japão, a defesa da política de internação compulsória ou a omissão sobre os problemas vividos pelos doentes nos asilos, principalmente entre 1933 e 1945, ajudou a manter o status quo do sanitarismo de São Paulo, que buscava manter a sociedade sã à custa da supressão da liberdade dos doentes (...)

Mesmo em períodos de grande agitação nos “leprosários”, principalmente nos anos de 1945 e 1946, em que houve revoltas e protestos, os jornais estudados se omitiram sobre o tema (...)

A atividade jornalística, que deveria cumprir um papel de fiscalizador do poder público e das instituições, acabou por se eximir de denunciar os problemas dos hansenianos e os abusos que vinham sofrendo pelo temido DPL. Já no final do isolamento compulsório, na década de 1960, esta pesquisa revela que os jornalistas negligenciaram a cobertura sobre a mudança na política profilática, deixando de investigar os novos problemas que viriam com a libertação dos doentes. Tanto na década de 1940, em pleno auge da política de isolamento, quanto em meados dos anos 1960, no ocaso dessa estratégia profilática, a amostra do corpus aponta para uma falta de motivação dos jornais para incluir o tema “lepra” e seus problemas na agenda de pautas²⁰.

19 Dissertação: “Isolamento compulsório de hansenianos: o papel dos jornais paulistas na manutenção do degredo (1933-1967)”, p. 11 - Guilherme Gorgulho Braz. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Germana Barata - Data defesa: 17/06/2013.

20 *Idem*, p. 160.

QUASE UM SÉCULO DE INÉRCIA

É difícil que a purificação do espaço urbano logre êxito sem a colaboração da mídia, sociedade e classe política. Ora por omissão, ora por deturpação de fatos e corroboração política, é possível perceber que a política pública de higienismo dos indesejados sociais continua a mesma, permanecendo detidos nos fatos apresentados, desde 1933.

O manifestamente ilegítimo “recolhimento” e internação forçada de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro, sob o pretexto de supostamente “livrá-las” do crack, é mais uma expressiva demonstração de quem são os “inimigos” na versão brasileira da “guerra às drogas” A mídia e políticos dos mais variados matizes têm estimulado o pânico do crack – cópia perfeita da histeria sobre a mesma substância que dominou a cena nos EUA de 1986 a 1992.¹⁷ A consequência foi a introdução na legislação norte-americana de penas mais rigorosas para crimes relacionados ao crack, que se constituiu em fator significativo para o aumento da disparidade racial no encarceramento massivo registrado naquele país.²¹

A história se mostra cíclica. Lançado no fim de 2011, o programa ‘Crack: é possível vencer’, do governo federal, tinha orçamento inicial de dois bilhões de reais. “Coincidentemente”, poucos meses antes, estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), realizado em meados de 2010, revelou que 92% dos municípios brasileiros não tinham programas de combate ao uso de crack e que apenas 3,39% deles tinham convênio firmado com o governo federal para desenvolvimento e financiamento de ações de enfrentamento ao uso de drogas. Em um mesmo momento em que não há informações qualificadas sobre o tema, o cenário político se mostra oportuno para municípios acessarem a verba da União.

A outra face nefasta do controle social é o enfrentamento dos pobres pelos pobres, reiterando o medo e justificando a estratégia de atuação focada em territórios populares. De acordo com o Instituto de Se-

21 "Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano" - Maria Lucia Karam. Acesso em 11.01.2014, 23: 27. http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/36_Direitos%20Humanos%20e%20drogas%20-%20CFP-BSB.pdf?1322168068.

gurança Pública (ISP), 18 policiais foram mortos em serviço no Estado do Rio de Janeiro em 2012. No mesmo ano foram registrados 415 autos de resistência. Guardadas as devidas proporções, uma vez que o ISP não divulga os dados como tendo relação direta com o tráfico de drogas, fica a alusão aos confrontos armados, em sua esmagadora maioria em favelas, para “enfrentar o tráfico”, cuja base é a proibição das drogas.

Essa admitida repressão com uso de armas pesadas - tidas como apropriadas - nas favelas é efetivamente corriqueira, passivamente vista e muitas vezes aplaudida pela sociedade e imprensa. Na cotidiana “guerra às drogas” nas favelas, aos moradores é atribuído o papel do “inimigo”. Eles representam o “mal”, enquanto os policiais representariam o “bem”, numa guerra maniqueísta, reducionista, pela qual nenhum dos “combatentes” é efetivamente responsável.

O Brasil é um dos tantos signatários das convenções proibicionistas da ONU²², mas também é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Com base nas convenções de drogas, o United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) se propõe a auxiliar os Estados-membros a desenvolver suas legislações nacionais sobre drogas, buscando estabelecer marcos legais de referência sobre o assunto, tanto nacional, quanto regional e globalmente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é sistematicamente violada para cumprimento das convenções sobre drogas.

Não raro, moradores das favelas onde há incursões policiais e os policiais empregados nestas, desconhecem quem foram os redatores desses tratados, o que dizem e seu impacto em suas vidas. Por esses tratados, assinados à distância da realidade, ambos derramam seu sangue, deixam seus filhos órfãos e companheiros/as viúvos/as. Sequer têm como dimensionar que seu sangue é um preço político. Tampouco sabem a quem interessa manter essa guerra.

Aos gritos de “nunca serão”, policiais são treinados para ser uma espécie de “exterminadores do futuro”. As polícias militares, por exemplo, têm destacamentos específicos para a luta contra o tráfico, cujo treinamento é focado em força, destreza e demais atribuições físicas, como mostrado no aclamado filme “Tropa de Elite”, baseado no livro **Elite da Tropa** (2009). Em 2012 perguntei informalmente a vários policiais, de diversas patentes, batalhões e estados se eles tinham estudado as conven-

22 Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961 (emedada em 1972); Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, 1971; Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, 1988.

ções de drogas na academia de polícia para saber melhor o porquê de sua atuação profissional. As respostas foram unânimes: não.

Os locais de atuação desses policiais, locais de moradia, são transformados em campos de guerra. Os moradores, em inimigos. Ambos criminalizados, rotulados de perigosos e, portanto, passíveis de combate.

Foi a confluência de negritude e crime na mídia e nos discursos políticos que tornou possível a “guerra às drogas” e a repentina e massiva expansão do sistema prisional norte-americano. Brancos “criminosos” por drogas são um dano colateral na “guerra às drogas”, porque atingidos por uma guerra declarada tendo em mente os negros²³.

Em seu artigo “Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano”, Maria Lucia Karam cita Marcelo Mayora: “Mesmo após a constatação de que o objetivo de abstinência proibicionista é inalcançável, a possibilidade de observar de perto e de vigiar permanentemente as populações que residem nos territórios onde ocorre a venda varejista das drogas é função oculta, que surge da habilitação de poder policial gerado pela proibição, à qual os governantes não parecem dispostos a abdicar”.

Neste artigo, Karam toma, como sequência às críticas ao modelo de imprensa e o cenário político que esta corrobora, o mais recente e tão incensado novo modelo de policiamento no Brasil. De acordo com Karam, as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – deixam bem clara a funcionalidade da “guerra às drogas” na efetivação do controle penal sobre os pobres, os marginalizados, os desprovidos de poder.

“Sob o pretexto de “libertar” as favelas do Rio de Janeiro dos “traficantes” de drogas, esse novo modelo de policiamento consiste na ocupação militarizada dessas comunidades pobres, como se fossem territórios “inimigos” conquistados ou a serem conquistados. A ocupação fortalece o estigma e a ideia do gueto. A ocupação sujeita as pessoas que vivem nas favelas a uma permanente vigilância e monitoramento, com frequentes revistas pessoais até mesmo de crianças, com revistas domiciliares sem mandado (ou com algum vazio e

23 "Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano" - Maria Lucia Karam. Acesso em 11.01.2014, 23: 27. http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/36_Direitos%20Humanos%20e%20drogas%20-%20CFP-BSB.pdf?1322168068.

igualmente ilegítimo mandado genérico), em uma espécie de “educação” para a submissão”²⁴.

Há favelas com UPP, como Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro, no subúrbio da Penha – onde o cenário ainda inclui tanques de guerra e soldados com fuzis e metralhadoras. De acordo com Karam, a ocupação vem se realizando, desde novembro de 2010, não apenas pela polícia, mas pelas Forças Armadas, em claro desvio das funções que a Constituição brasileira lhes atribui. No “asfalto”, nos locais de moradia de classe média ou alta, o policiamento é regular. É o explícito Estado de exceção para os pobres e o formal Estado de direito para os ricos e as classes médias.

Em meados de 2013, manifestações de rua tomaram conta do Brasil. A repressão aos manifestantes foi feita, de um modo geral, com uso de armas menos letais, como balas de borracha. Em julho houve uma manifestação na Avenida Brasil, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, na altura do Complexo de favelas da Maré. Foi o suficiente para que as armas menos letais fossem substituídas por armas letais, os convencionais fuzis. Houve uma confusão, mais tarde nomeada pela polícia como um “arrastão”, que foi contida com perseguição, ocupação por policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais); Força Nacional de Segurança; veículos blindados; invasões de domicílios; tiroteios; nove ou treze mortos (as notícias dão números diferentes), dentre os quais um policial.

As pautas fundamentais são interligadas, e lamentavelmente pouco percebidas por atores políticos com grande presença nesses territórios “inimigos”. É tempo de perceber que todos os clamores pela efetivação dos direitos humanos serão em vão enquanto não se puser fim à maior fonte de sua sistemática violação – a cotidiana “guerra às drogas”. ❖

BIBLIOGRAFIA

"Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano" - Maria Lucia Karam.

http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/36_Direi-

24 "Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano" - Maria Lucia Karam. Acesso em 11.01.2014, 23: 27. http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/36_Direitos%20Humanos%20e%20drogas%20-%20CFP-BSB.pdf?1322168068.

[tos%20Humanos%20e%20drogas%20-%20CFP-BSB.pdf?1322168068.](http://www.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1320727-livro-holocausto-brasileiro-relata-horrores-de-hospicio-mineiro.shtml)

Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961 (emendada em 1972); Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, 1971; Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, 1988 .

Folha de São Paulo - <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1320727-livro-holocausto-brasileiro-relata-horrores-de-hospicio-mineiro.shtml>. Acesso em 07.12.2013, 04:38

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Dissertação: "Isolamento compulsório de hansenianos: o papel dos jornais paulistas na manutenção do degredo (1933-1967)", p. 11 - Guilherme Gorgulho Braz. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Germana Barata - Data de fesa: 17/06/2013.

Arbex, Daniela; Editora: Geração Editorial Holocausto Brasileiro - **Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes No Maior Hospício do Brasil**.

Estudos da Fiocruz sobre uso de crack no Brasil: <http://www.leapbrasil.com.br/noticias/informes?ano=2013&i=183&mes=9>. Acesso em 07.12.13, 02:07.

ROSA, M. C. O. . "A (Ir)responsabilidade da imprensa na construção da culpa, da sensação de segurança e do medo". *In*: BIZZOTTO, Alexandre; SILVA, Denival Francisco da. (Org.). **Sistema Punitivo: O neoliberalismo e a cultura do medo**. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 83-92.

Levantamento obtido pelo **Jornal do Brasil** junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Acesso em 07.12.2013, 01:21: <http://drogasedireitoshumanos.org/2013/03/18/internacao-compulsoria-de-criancas-usuarias-de-crack-so-25-de-exito/#more-242>.

"A Guerra às drogas e OS Amarildos": <http://www.leapbrasil.com.br/noticias/informes?ano=2013&i=180&mes=9>.

[1] Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mj.gov.br%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZTSvc.asp%3FDocumentID%3D%257B9B17D77F-C442-4B2B-8705-117920F30C6F%257D%26ServiceInstUID%3D%257B74624DEB-0C14-4B3A-B8F3-CD26DEF53FC1%257D&ei=oAjWUtSXD8bhsATDt4LYBA&usg=AFQjCNGaBbXPBICFihH7bvMKCyCZrnyv8Q&bvm=bv.59378465,d.cWc>.

Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.casacivil.gov.br%2Fnoticias%2Fperfil-brasil.pdf&ei=9gjWUrKKG-zFsATy3oGwDw&usg=AFQjCNFxeAxlnTrrBtxg4xzMyzyk71BvsQ&bvm=bv.59378465,d.cWc>. Acesso: 06.12.2013, 20h53.

"U.S. Vulnerabilities to Money Laundering, Drugs, and Terrorist Financing: HSBC Case History" - <http://www.hsgac.senate.gov/subcommittees/investigations/hearings/us-vulnerabilities-to-money-laundering-drugs-and-terrorist-financing-hsbc-case-history> & <http://www.levin.senate.gov/download/?id=90fe8998-dfc4-4a8c-90ed-704bcce990d4>. Acesso em 07.12.2013, 17:52.

Relatório do Secretariado para a 56ª Sessão da Comissão de Drogas Narcóticas (CND), em março de 2013.

BORGES, Doriam. **O medo do crime na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo** (2011), Rio de Janeiro, Appris .

HIGH PRICE "A Neuroscientist's Journey of Self-Discovery That Challenges Everything You Know About Drugs and Society" Author: Carl Hart Publisher: Harper Number of pages: 335 p.

New York Times. Acesso 15.01.2014, 21:32: http://www.nytimes.com/2013/09/17/science/the-rational-choices-of-crack-addicts.html?pagewanted=all&_r=2&.